
**DIÁLOGOS ORIENTADOS/DESORIENTADOS PELA TEORIA QUEER:
POR UMA PRÁTICA EDUCATIVA PARA ALÉM DA NORMA NO ÂMBITO DA
ARQUEOLOGIA****QUEER THEORY ORIENTED/DISORIENTED DIALOGUES:
FOR AN EDUCATIONAL PRACTICE BEYOND THE NORM IN ARCHEOLOGY****DIÁLOGOS ORIENTADOS/DESORIENTADOS POR LA TEORÍA QUEER:
POR UNAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS MÁS ALLÁ DE LA NORMA EM EL
ÁMBITO DE LA ARQUEOLOGIA**

Maurício André da Silva¹

RESUMO

Este artigo aproxima a teoria *queer* das ações educativas, direcionadas à arqueologia, desenvolvidas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com o objetivo de se engajar com posturas menos normatizadas e abertas ao acolhimento de repertórios de diferentes públicos. Busca-se tensionar as interpretações arqueológicas e suas ressonâncias com as questões contemporâneas, principalmente com corpos e identidades silenciadas. Desde 2018, o Educativo da instituição tem lidado com o desafio da abordagem da sexualidade e do gênero, como meio de se refletir sobre o presente e sua imbricação no passado, reforçando o papel político da arqueologia e dos museus. Interpretação arqueológica é criação e, por meio dela, são fundados novos mundos, nesse sentido deve-se experimentar práticas que possibilitem a capacidade de imaginação e atuação política no presente.

PALAVRAS-CHAVE: teoria *queer*, arqueologia *queer*, educação em museus, arqueologia brasileira, mediação.

ABSTRACT

This article approximates queer theory and the educational actions directed to archeology, developed in the Museum of Archeology and Ethnology of the University of São Paulo, with the aim of engaging with less normative practices and open to the reception of the repertoires of different publics. The intention is to try to stress the archeological interpretations and their resonances with contemporary questions, mainly of silenced bodies and identities. Since 2018, the educational department of this institution has dealt with the challenge of approaching sexuality and gender as a means of reflecting about the present and the past, reinforcing the political role of archeology and museums. Archaeological interpretation is creation, and through it new worlds are founded. In this sense, one must experience practices that enable the capacity for imagination and political action in the present.

¹ Educador e responsável pela gestão do Educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Doutorando em Arqueologia e Mestre em Arqueologia, ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE-USP. Bacharel e Licenciado pleno em História pela FFLCH-USP.

KEYWORDS: queer theory, museum education, Brazilian archaeology, mediation

RESUMEN

Este artículo propone una aproximación de la teoría *queer* con las acciones educativas dirigidas hacia la arqueología, lo que se desarrolla en el Museo de Arqueología y Etnología de la Universidad de São Paulo, con el objetivo de comprometerse con posturas menos normalizadas y abiertas a la acogida de repertorios de distintos públicos. Buscarse poner a prueba las interpretaciones arqueológicas y sus resonancias ante las cuestiones contemporáneas, sobre todo con los cuerpos e identidades silenciadas. Desde 2018, el Educativo de la institución ha manejado el reto del abordaje de la sexualidad y el género, como medio de reflexión sobre el tiempo presente y su imbricación en el pasado, confirmando el rol político de la arqueología y de los museos. La interpretación arqueológica es creación y, por su medio, fúndanse nuevos mundos, así se debe experimentar unas prácticas que hagan posible la capacidad de imaginación y actuación política en el presente.

PALABRAS CLAVE: teoría *queer*, arqueología, educación museística, arqueología brasileña, mediación

PRÓLOGO: EVIDENCIAÇÃO DO DESAFIO.

Este artigo discute a aproximação da teoria *queer* (LOURO, 2016, 2018; MISKOLCI, 2017; SPARGO, 2017; VOSS, 2010) com abordagens educativas desenvolvidas no âmbito da arqueologia. Segundo Blackmore (2011, p. 78), a palavra *queer* é um verbo que desconstrói ou pelo menos ajuda a questionar categorias e metodologias naturalizadas no discurso acadêmico. Almeja-se evidenciar os potenciais dessa corrente para o estabelecimento de diálogos menos essencializados e críticos sobre o passado e presente. Serão apresentadas algumas reflexões que podem orientar ou “desorientar” a realização de diálogos mais plurais com diferentes parcelas da sociedade no âmbito da educação em museus de arqueologia². A temática *queer* é extremamente complexa e densa, não se pretende esgotá-la, mas sim pontuar caminhos iniciais para as estratégias de mediação na arqueologia³.

² Esta reflexão se enquadra no âmbito da educação em museus de arqueologia, mas pode ser estendida para a arqueologia pública ou para a educação patrimonial, dada as suas correlações e diferenças no contexto brasileiro, ver Carneiro (2009) e Wichers (2011) sobre esses campos.

³ A mediação atualmente é compreendida como uma estratégia de diálogo, utilizada no âmbito dos museus e fora deles, que possibilita o encontro de diferentes repertórios com manifestações culturais e patrimoniais de forma não hierárquica. A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) reitera que a mediação valoriza o outro, assim como o diálogo e a interação, amplia horizontes e respeita as singularidades dos sujeitos (IBRAM, 2018).

Esta reflexão está localizada na experiência deste autor como profissional do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), educador e responsável atualmente pela gestão do Educativo, que possui 39 anos de história no oferecimento contínuo de ações para distintos públicos (BRUNO, 1984; BRUNO e VASCONCELLOS, 1989; HIRATA, 1985; HIRATA et al., 1989; ELAZARI, 2009; VASCONCELLOS, 2010; VASCONCELLOS, CARNEIRO e ELAZARI, 2008; VASCONCELLOS e SILVA, 2018, entre outros). Um dos objetivos da área é dialogar com a sociedade mediante as pesquisas desenvolvidas na instituição e, sobretudo, visitar suas coleções com perguntas contemporâneas. São trabalhadas, prioritariamente, temáticas em torno da diversidade cultural no tempo e no espaço, com a promoção de percepções de mundo mais democráticas e abertas à alteridade. São desenvolvidos trabalhos com e para comunidades do entorno da Universidade, o que inclui públicos em vulnerabilidade social, escolas do ensino formal, universidades, professorxs, idosxs, adultos, populações indígenas, entre muitos outros. Desde 2018, a plataforma educativa do Museu tem buscado ampliar suas reflexões com o aporte da teoria *queer* e dos estudos dos marcadores sociais da diferença. A equipe do Educativo⁴ tem ampliado sua formação na busca de posturas engajadas com a diversidade da vida. Nesse sentido, como abrir o campo de atuação para os problemas contemporâneos e disputas políticas em torno do gênero e da sexualidade?

O SEXO É POLÍTICO, AVANÇOS E MANOBRAS NO BRASIL. NECESSIDADE DE ENGAJAMENTOS COM SUJEITOS FORA DA NORMA.

Desde o início dos anos 2000, os processos de mudanças sociais se intensificaram e conseqüentemente, diferentes corpos, marcados com outras categorias, têm encontrado visibilidade e possibilidade de projeção. Durante esse período, a desigualdade social diminuiu, o acesso às universidades se ampliou para parcelas antes excluídas, ocorreu a implementação de ações afirmativas e a pauta da diversidade ganhou mais articulação em diversas esferas da vida pública. No que tange especificamente à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e outros (LGBTQI+), a união

⁴ Atualmente, o Educativo do Museu atua com dois educadorxs concursadxs e uma ampla equipe de estudantes da Universidade que atuam em diferentes bolsas de estudos, pelo Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Apoio e Formação de Estudantes de Graduação (PUB) da Pró-Reitoria de Graduação.

homoafetiva foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF); o acesso integral ao Sistema Único de Saúde (SUS) foi ampliado; foi dado o direito ao processo transexualizador; o direito ao uso do nome social, a criminalização da homofobia está sendo julgada no momento pelo STF, entre outros avanços⁵.

Nessa perspectiva, os públicos que são atendidos nas ações desenvolvidas pelo MAE-USP têm visivelmente se diversificado. Da mesma forma, a comunidade interna do Museu, formada por docentes, técnicos e estudantes, tem ganhado novos contornos, com destaque para essa última parcela. Xs alunxs que circulam pela instituição, que a visitam e têm atuado em diferentes bolsas de pesquisa e estágios são múltiplxs e de distintas origens, o que enriquece a experiência da convivência na Universidade.

Em pesquisa recente, o Escritório USP Mulheres ouviu mais de 13 mil estudantes, e foi evidenciado que 71% consideram a USP machista, 64% racista e 52% homo-lebo-transfóbico, além de 47% terem passado por algum tipo de violência ao longo de sua trajetória estudantil, e 89% consideram a USP elitista (CASTRO, 2018). Nesse aspecto, o MAE-USP, que trabalha na perspectiva da diversidade cultural e social, tem muito a contribuir do ponto de vista das relações no presente e da transformação desse cenário. Novos desafios institucionais têm se desenhado quanto a criação de pontes de sentido entre o passado interpretado pela arqueologia e a vida contemporânea.

Infelizmente, observa-se que o conservadorismo e a articulação de setores mais reacionários da sociedade têm se mobilizado e colocado desafios para o momento presente. Desde o golpe machista-parlamentar, que retirou a presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, o país tem passado por momentos difíceis, com visões extremistas que buscam silenciar e apagar percepções diversas de mundo, especialmente em decorrência da norma⁶ do lugar social do homem, branco, cristão, urbano e heterossexual. Os avanços conquistados na última década estão ameaçados e colocam a necessidade de se pensar em estratégias para a realização de processos de resistência e

⁵ Bulgarelli (2018, p. 491) afirma que durante a gestão do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, a partir de 2002 com Luís Inácio Lula da Silva, diversas políticas públicas foram implementadas para os segmentos LGBTQI+, como o Brasil sem Homofobia, em 2004, e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs, em 2009, entre outros avanços.

⁶ A norma é construída socialmente a partir da delimitação de fronteiras entre o certo e o que foge culturalmente do apropriado, nesse caso, o papel construído no ocidente em torno do homem branco, heterossexual, classe média urbana e cristão. Esse modelo de vida não é nomeado, pois está dentro do funcionamento correto, assim, os "outros" passam a serem marcados e evidenciados, por exemplo no caso da mulher como segundo sexo; gays e lésbicas como desviantes, entre outros (LOURO, 2018, p. 18).

da promoção da vida. Como exemplo, nessas últimas eleições para presidente, o combate à sexualidade “anormal” serviu como bode expiatório, no caso das notícias falsas em torno do suposto “kit gay”⁷ que teria sido distribuído nas escolas. Gayle Rubin, em seu artigo manifesto publicado na década de 1980, já alertava para os perigos do uso da sexualidade, pois o sexo sempre é político (RUBIN, 2017).

No Brasil, a homossexualidade e os “desvios” de personalidade foram amplamente perseguidos e reprimidos, desde o período colonial até recentemente, com o envio forçado para manicômios ao longo do século XX, entre outras medidas (TREVISAN, 2018). O sistema colonial⁸ impôs a diferentes coletividades um sistema moral em que prevalecia suas visões de mundo e preconceitos. “Trata-se de lhes ensinar como sua cultura é equivocada, seus afetos são errados, sua sociedade é atrasada e iletrada, sua religião não tem fé, sua cor é escura demais, seu amor é uma espécie de perversão” (FERNANDES, 2017, p. 15).

No momento mais recente, no período da ditadura militar brasileira, 1964-1984, estruturou-se um aparato de violência, que implementou um projeto de purificação e normatização dentro da tradição, da moral e dos bons costumes. Isto posto, houve uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar as manifestações enquadradas como desvios, como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades (QUINALHA, 2017, p. 294). Infelizmente, essa trajetória se reflete até hoje, pois, este país é o que mais mata pessoas LGBTQI+ no mundo (REIS, 2018), sendo necessária a abordagem e discussão do tema nas mais distintas áreas.

Como resposta a essa perseguição, Colling (2018, p. 516) destaca que no Brasil a articulação do movimento LGBT fez quarenta anos em 2018⁹, e muitos dos debates promovidos pela abordagem *queer* já eram realizados pelo país de outras formas antes da

⁷ Nessas eleições, o adversário de Fernando Haddad divulgou uma série de notícias falsas, como a de que o candidato teria criado o kit gay, mas tal material nunca existiu com essa alcunha, pois foi um movimento federal para implantar o Escola sem Homofobia, em 2004 (FIGUEIREDO, 2018), antes de Haddad ser Ministro da Educação.

⁸ Em outras localidades da América, também ocorreu esse processo de condenação da sexualidade anormal, como no caso do Equador, com a população transgênera da costa litorânea, que desde a época pré-colonial operava o gênero de maneira fluída, conhecidos como *enchaquirados* (BENAVIDES, 2002, 2017).

⁹ Green, Quinalha, Caetano e Fernandes (2018) lançaram o livro “História do Movimento LGBT no Brasil”, que permite identificar algumas vertentes dessa rica e múltipla história de protagonismo e de luta política por direitos da comunidade. É tomado como marco a articulação do grupo Somos - “Grupo de Afirmação Homossexual”, em São Paulo, em 1978, assim como a circulação do jornal “Lampião da Esquina”, durante a Ditadura Militar Brasileira.

definição de Teresa de Lauretis, no início da década de 1990 (LAURETIS, 1991). O pesquisador destaca as contribuições dessas discussões no movimento LGBT, que passaram a circular no final dos anos de 1990 e início dos 2000, como a articulação do conceito de hetenormatividade, despatologização das identidades trans e a organização de coletivos ativistas (COLLING, 2018, p. 520).

Diante desse cenário de perseguição em torno das sexualidades desviantes e da flexibilidade dos papéis de gênero, faz-se necessária uma percepção e abordagem crítica acerca da construção da cisheteronormatividade, que regula todas as esferas da vida, assim como a ciência e o campo educacional.

E A ARQUEOLOGIA QUEER?

Com a guinada política da arqueologia nas últimas décadas e a crítica aos enfoques positivistas, o passado passa a ser entendido como múltiplo e subjetivo (ATALAY, 2008; JOYCE, 2008; HODDER, 2008; TRIGGER, 2008). Nesse sentido, não se pode desconsiderar a importância da crítica feminista na área e a incorporação da agenda dos estudos de gênero no cenário internacional e no país. Essas discussões vêm ocorrendo de muitas formas e sendo reverberadas em diferentes escalas, conduzidas, principalmente, por uma geração de jovens pesquisadoras. O ativismo feminista ganhou fôlego no Brasil a partir de 2010, nos encontros da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e em outros espaços (JACOME e FURQUIM, 2019). O dossiê “Arqueologia e Crítica Feminista”, organizado por Ribeiro (2017b) na Revista da SAB, assim como “Gênero em Arqueologia e Antropologia” na revista *Habitus*, organizado por Sene, Viana e Moura (2018), elucidam a transformação das pesquisas e seu comprometimento com a pauta feminista.

No Brasil, atualmente, um movimento de arqueólogxs, inspiradxs pela articulação feminista, criou o coletivo “Arqueologia Transviada”, na plataforma do *facebook*, com foco no apoio mútuo de seus membros, no combate à homofobia, à lesbofobia e à transfobia presente na área e na sociedade, de forma mais ampla. A articulação de pessoas afetadxs, estranhxs, que não se encaixam na norma, e que buscam respeito e aprofundamento teórico de como produzir uma arqueologia sensível às diferenças e pesquisas reveladoras de suas desigualdades acarretadas.

Em 2018, participantes do coletivo se articularam para organização do Simpósio Temático Aproximações da Arqueologia Brasileira com a Teoria *Queer*, no âmbito da IX Reunión de Teoría Arqueológica de América del Sur (TAAS), em Quito, no Equador. Novas gerações de pesquisadorxs fizeram o esforço político de transcender seus temas corriqueiros de pesquisa e engajarem-se com a abordagem, foram discutidas temáticas como a desconstrução de paradigmas reproduzidos na arqueologia amazônica, a militância LGBTQ+ como patrimônio, autonarrativa trans na ciência, a homofobia como elemento de sociabilidade entre pesquisadorxs e o cenário contemporâneo brasileiro para as pautas LGBTQI+ (REUNIÓN DE TEORÍA ARQUEOLÓGICA, 2018, p. 58).

Por meio dos estímulos das reflexões da teoria *queer* e suas reverberações no Brasil, busca-se ampliar o debate no campo da arqueologia, especialmente em sua vertente educacional. A palavra *queer*¹⁰, de origem anglófona, surge como um lugar de ofensa, xingamento para as pessoas que não se encaixavam dentro do um padrão heteronormativo. Essa denominação, em meados das décadas de 1980 e 1990, passa a ser assumida por parcelas de diferentes movimentos como espaço de luta, oposição e contestação (LOURO, 2016, p. 39). Cabe ressaltar que o movimento *queer* surgiu e se produziu nas ruas, como movimentos sociais e posteriormente foi incorporado à academia.

O aporte dessa corrente enriquece os estudos gays e lésbicos, que lidam com o conceito de gênero, e também sofisticam o feminismo, ampliando o seu alcance para além das mulheres (MISKOLCI, 2017, p. 32). Judith Butler se torna uma das teóricas proeminentes desse debate, com a noção de performatividade, que sinaliza como a identidade de gênero é apreendida em sociedade pela repetição dos atos, sendo a diferença sexual uma construção inteiramente social (BUTLER, 2017). Paul Preciado avança nessa direção ao refletir sobre os aparatos tecnológicos na construção dos corpos, além de promover uma crítica subversiva e política a diferentes essencializações em torno da identidade e suas categorias, especialmente o sexo, a sexualidade e o gênero (PRECIADO, 2014). Desde os trabalhos de Foucault, na década de 1970, reunidos no volume “História da Sexualidade”, foi preparado o terreno para novas abordagens dos

¹⁰ Na língua inglesa, o termo pode ser usado como substantivo, adjetivo ou verbo, e se define como oposição ao normal. A teoria *queer* não é um eixo conceitual ou metodológico único e sistemático, mas uma visão estreitamente não ortodoxa de pensamento (SPARGO, 2017, p. 13).

estudos sobre o sexo, a sexualidade e o poder, o que proporcionou outras frentes de estudos sobre a temática (SPARGO, 2017).

Berenice Bento (2006) elucida múltiplas vozes transexuais em diferentes países, como as relações entre corpo, sexo, gênero e sexualidade são fluídas, e como as experiências trans contribuem para compreender diferentes performatividades de gênero. Não se pode perder de vista a necessidade de antropofagizar a teoria *queer* mediante uma apropriação local. Os debates sobre a descolonialidade (MALDONADO-TORRES, 2007) pode inspirar esse movimento na arqueologia e fazer que ele se insira em um pensamento local, nessa continuidade, o termo transviado, usado por Bento (2009) em detrimento ao termo em inglês, abre novas possibilidades de pensamentos contextuais.

A temática da arqueologia *queer* no Brasil¹¹ ainda tem pouca reverberação, Fabiano de S. Gontijo e Denise P. Schaan (2017) mapearam os poucos trabalhos que adentram esse universo, mediante levantamento de teses e dissertações, defendidas em diferentes programas do país, e periódicos especializados. Destacaram-se temas da sexualidade na área da arqueologia clássica, greco-romana, e alguns estudos voltados à compreensão das diferenças sexuais, mais próximos das discussões de gênero, no entanto, não foi encontrado nenhum trabalho que coloque a sexualidade como objeto de estudo.

A homofobia e o ódio ao diferente perpassam a sociedade brasileira e, por sua vez, o próprio fazer científico. No caso da prática arqueológica, Pouget e Carvalho (2017) demonstram, com o uso da etnografia da arqueologia, como a homofobia é um elemento de sociabilidade entre arqueólogos no fazer do seu ofício. Dessa forma, deve-se combater e verbalizar essas práticas, para se trazer ao debate questões inerentes à maneira como se lida com a diversidade no presente.

¹¹ No cenário internacional, este movimento remonta ao início dos anos 2000, com o livro *Archaeologies of Sexuality* (VOSS e SCHMIDT, 2000), que evidenciou a dimensão da sexualidade como uma marca que informa e contribui para a compreensão dos aspectos sociais e culturais; e o dossiê *Queer Archaeologies* (DOWSON, 2000), que marca a presença do debate na área. Outro dossiê relevante foi o *Towards an Inclusive Queer Archaeology* (RUTECKI e BLACKMORE, 2016), que critica e repensa como o modelo heteronormativo influencia a prática arqueológica, a construção de suas interpretações, assim como aproxima ou afasta pessoas e corpos não normatizados.

EDUCAR PARA A DIFERENÇA. APORTE DA TEORIA *QUEER* NOS DIÁLOGOS ARQUEOLÓGICOS.

Como a teoria *queer* pode inspirar e orientar o desenvolvimento de ações educativas no MAE-USP? Essa pergunta tem sido buscada pela equipe, sobretudo como resposta e posicionamento aos últimos acontecimentos políticos do país. Segundo Guacira Lopes Louro (2016, p. 49), uma pedagogia orientada por essa teoria almeja implementar processos de produção de diferenças, abordando a instabilidade das identidades. No mesmo sentido, problematiza estratégias normalizadoras que cerceiam as formas de viver e de ser. Dessa forma, o uso do questionamento, da desnaturalização e o campo da incerteza são estratégias férteis e criativas que podem suscitar mais a dúvida.

A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva. As questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar". (LOURO, 2016, p. 53)

Desde as duas últimas décadas do século XX, aponta-se para a desconstrução da noção de identidade, com a percepção da fluidez na construção da humanidade, e suas imbricadas relações dialéticas entre humanos/máquinas; natureza/cultura, homem/mulher, entre muitas outras (HARAWAY, 2009). As abordagens *queer* têm terreno fértil no campo dos museus, pois, como discute Ulpiano Bezerra de Meneses (2000, 2007), esses espaços, mais do que dar respostas, possibilitam o levantamento de perguntas, mobilizam a sociedade a uma reflexão crítica sobre si, e fomentam uma visão ampla de mundo.

Entretanto, as narrativas arqueológicas que são reproduzidas em museus, e em outros campos, podem reforçar assimetrias e exclusões (WICHERS, 2017); assim, abordagens atentas aos complexos processos identitários podem contribuir com a problematização dessas leituras. A perspectiva androcêntrica, que reduz a humanidade a figura do homem, ainda se faz presente e tem consequências que vão das pesquisas em campo, aos trabalhos de extroversão. Zarankin e Salerno (2009), nessa direção, mostram como o discurso arqueológico é centrado na figura do homem, sendo geralmente as mulheres vistas como dóceis e voltadas aos trabalhos domésticos e os homens retratados como fortes e dedicados à subsistência do grupo, tendo impacto direto no imaginário de jovens estudantes sobre as populações pré-coloniais. Essas leituras se fazem presente e precisam ser levantadas de maneira a questionar esses modelos.

A não representatividade de pessoas *queer* ou transviadas no campo de pesquisa, e por sua vez nas interpretações arqueológicas, tem consequências avassaladoras. Se, por um lado, arqueólogos como profissionais lidam com uma diversidade de modos de vida ao longo do tempo e espaço, por outro, a prática arqueológica, se não for realizada com atenção pode matar ou silenciar outras existências no presente e não questionar quais passados têm sido construídos.

As práticas educativas, realizadas pelos museus de arqueologia, podem lidar com processos identitários de maneira mais fluída e não normativa, pode promover mais o levantamento de perguntas que tragam a desestabilização e a dúvida. Por meio das estratégias de mediação nos museus, que almejam a conexão de repertórios entre seus visitantes e instituições, abordar como o passado está aberto a negociação não é suficiente, sendo necessária uma percepção sobre o modelo normatizador, que impede a leitura de outros modos de vida. A abordagem do gênero e da sexualidade de forma crítica, contribuem para o combate as injustiças, violências, discriminações, exclusões e marginalizações (LINS, MACHADO e ESCOURA, 2016).

Para o público visitante do Museu, majoritariamente estudantes da área urbana e não indígenas, as histórias promovidas pelas interpretações arqueológicas, assim como pelo contato direto com os objetos, podem, em um primeiro momento, não estabelecer conexões diretas com seus repertórios e noções de pertencimento. A relação prévia da população paulista e paulistana com a arqueologia se estabelece, especialmente, via conteúdo escolar e geralmente dissociada do cotidiano. A colonização, especialmente em São Paulo, deixou profundas marcas, e o projeto político dominante elegeu, por meio de uma série de mecanismos, o culto ao bandeirante e ao migrante (ABUD, 2008) em detrimento do indígena e das populações afro-brasileiras. Portanto, a abordagem da diversidade indígena e das populações minoritárias encontra uma série de desafios nas ações de socialização da arqueologia.

Por esse ângulo, a linha da musealização da arqueologia (BRUNO, 1995, 2001) que estrutura as ações do MAE, que é um referencial teórico e metodológico formado por procedimentos que criam possibilidades de transformação do patrimônio cultural em herança e pertencimento, é tensionada pela teoria *queer*. Nessa concepção, esse próprio movimento de comunicação de uma miríade de noções patrimoniais construídas com

percepções “normatizadas” e excludentes de pesquisa estaria em cheque, o que possibilita algo novo, assim como as próprias noções identitárias.

Nas pesquisas arqueológicas, a percepção da diferença cultural e social estrutura o *ethos* da área e permite a compreensão das diferentes transformações da humanidade, entretanto, essa mesma potencialidade pode invisibilizar outras categorias nos estudos. Conseqüentemente, a articulação de outros marcadores como: marcadores de gênero, de sexualidade, de geração, de classe, entre muitos outros, pode ampliar o debate. Obviamente, é necessário o cuidado para não serem implementadas ações reducionistas dessas diferenças em um exercício de articulação. O Núcleo de Estudos sobre os Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS), do Departamento de Antropologia da USP¹², inspira a olhar criticamente marcas sociais que diferenciam as pessoas, com a correlação de distintas categorias (LINS, MACHADO e ESCOURA, 2016, p. 90). Essas diferenças precisam ser entendidas, sobretudo quando se tornam desigualdades, e quando acarretam processos de hierarquização na sociedade.

Para ampliar essa abordagem, o uso político da interseccionalidade, que vem mobilizando o campo das ciências e dos movimentos sociais, articula distintas categorias que perpassam a existência humana, conseqüentemente, abrem-se novas perspectivas, problemas e perguntas. As “marcas” sociais que constituem a humanidade podem ser acionadas ao infinito, seja desde a cidade na qual se nasce, como se percebe o seu gênero internamente, por quem se sente atração, por quem se demonstra afeto, pela idade que se tem, pela classe social da qual se faz parte, entre muitos outros aspectos. As diferenças que constituem todos são situacionais e contextuais, ativadas e desativadas nos espaços que se circula¹³. O campo da “interseccionalidade” possui um aporte feminista e antirracista (MOUTINHO, 2014, p. 211).

Para a realização de estratégias de mediação mais acolhedoras, portanto, é preciso o uso de lentes interseccionais e articuladoras para integrar leituras de mundo plurais, e não

¹² O Educativo do MAE realizou uma parceria com o NUMAS para contribuir com a formação da equipe de bolsistas e educadores. Ao longo de 2018 foram realizados alguns encontros com a equipe de educadores e bolsistas para potencializar a articulação de categorias como classe, gênero, sexualidade, raça e geração durante as visitas.

¹³ Essa discussão ganha força, sobretudo, com a atuação de mulheres negras nos Estados Unidos, na década de 1960, com destaque para a jurista, advogada, mulher, negra, Kimberlé Crenshaw, que apontou a necessidade da construção de modelos para se inserir as discussões de gênero nos estudos raciais.

se projetar no passado modelos hegemônicos vigentes. Nesse sentido, um mediador, seja no âmbito da arqueologia pública, das ações educacionais em museus de arqueologia, ou em práticas de educação patrimonial, deve ampliar sua percepção da maneira como vem indagando e interpretando com seus públicos as materialidades. Se faz urgente uma sensibilidade e leitura dos corpos presentes, e o estabelecimento de outras pontes entre as histórias contadas e as histórias possíveis de serem questionadas e duvidadas.

Nessa direção, a delimitação do lugar de fala torna-se um caminho para se ampliar o diálogo e perceber como distintas vozes ecoam e ressoam em múltiplos contextos e corpos. Segundo Djamila Ribeiro, todas as pessoas possuem lugares de fala, pois o que está em discussão é a localização social de cada sujeito. Ressalta-se que “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos espaços de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017a, p. 86). No caso da academia, a não evidência desse lugar reforça uma ciência branca, masculina, urbana e heterossexual.

Isto posto, para desestabilizar os diferentes encontros entre o público visitante do Museu com as coleções e as interpretações arqueológicas têm-se estimulado visitas engajadas com as histórias de vida de quem conduz os trabalhos, assim como de seus visitantes, na busca por pontes de afinidades e estranhamentos. Para além da divulgação do acervo e da discussão das interpretações arqueológicas, tem-se potencializado o exercício de sair das zonas de conforto para refletir sobre os diferentes legados construídos dentro da ótica patrimonial, e como os mesmos se relacionam ou não das pessoas.

Essa abordagem foi realizada de forma experimental, com nove escolas públicas, localizadas na periferia da cidade de São Paulo, que fazem parte do Projeto Vivendo a USP, do Instituto de Física¹⁴. A ação tem como objetivo promover a aproximação de estudantes com diferentes museus e espaços de educação não formal da Universidade¹⁵, ao longo de várias visitas ao ano, e de um trabalho colaborativo e sistemático com o grupo

¹⁴ Esse projeto foi criado em 2011, é coordenado pela docente Vera Bohomoletz Henriques, do Instituto de Física, e tem o intuito de estreitar o conhecimento em construção na Universidade das escolas públicas, assim como diminuir as distâncias entre as duas instituições.

¹⁵ Participam desse projeto o Arte e Ciência, do Instituto de Física; o Grupo de Pesquisa em Educação Química, do Instituto de Química; o Instituto Butantan; o Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arqueologia e Etnologia.

de professorxs. O trabalho com o MAE ocorreu com estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio na Reserva Técnica Visitável¹⁶ (RTV), composta por uma coleção de arqueologia amazônica. Essa coleção, especialmente formada pela cultura arqueológica Marajoara, possui pesquisas que discutem gênero (SCHAAN, 2001, 2003) e a construção dos corpos na iconografia do material cerâmico (BARRETO, 2009; SILVA, 2017), sendo portas de entrada para esse debate.

O trabalho com os grupos teve duas horas de duração, dividido em três momentos: acolhimento, mediação na RTV e uma oficina. A atividade foi realizada de maneira dialógica para se levantar estranhamentos entorno do que é cultura, qual a sua cultura, e como se relaciona ou não das histórias indígenas produzidas pela arqueologia, sendo não indígena. Nesse sentido, o uso dos marcadores sociais da diferença foi extremamente eficaz para se definir o nosso lugar no mundo, pois existe uma série de marcas sociais que informam sobre quem se é. A recepção da temática pelos estudantes, assim como pelos professorxs foi extremamente positiva e produtiva. De partida, foi identificado que discutir sexualidade e gênero com os jovens é algo que encanta e que se desenrola facilmente, as novas gerações têm operado de maneira muito apropriada essas categorias. O questionamento sobre o modelo ocidental de homem e heterossexualidade, quando historicizado e desconstruído, colocou xs alunxs em um lugar de reflexividade com as histórias indígenas. Logo uma visita a uma instituição museológica, que aborda o patrimônio arqueológico, tem elucidado um campo fértil de atuação para essas provocações e questionamentos em torno da norma. Obviamente, que não se pode deixar de frisar o perigoso campo da especulação que esses diálogos podem levar, mas sem sombra de dúvida instiga a curiosidade, a imaginação sobre o passado, o fomento de novas pesquisas e a complexificação dos processos identitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. O INÍCIO DA MUDANÇA.

¹⁶ O MAE-USP passou a oferecer ao público em 2012 a Reserva Técnica Visitável formada a partir de uma coleção de arqueologia amazônica do extinto Instituto Cultural Banco Santos, que deu entrada no Museu em 2005, por decisão judicial. O espaço possui em sua maioria objetos arqueológicos relacionado a cultura arqueológica Marajoara, seguido pela Tapajônica, Guarita, entre outras. A instituição tem como compromisso fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão em torno desse acervo, nessa direção, já foram produzidas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doc assim como objetos participaram de diferentes exposições.

As mudanças são gradativas, elas demoram, mas aparecem no horizonte. O espaço dos museus de arqueologia é extremamente propício para reverberação da teoria *queer*, sobretudo em sua dimensão comunicacional. Obviamente que essa vertente no MAE ainda está engatinhando quanto ao estabelecimento de suas ações educativas, mas já contribui para o surgimento de novas posturas. Os museus, em linhas gerais, mais do que a arqueologia, são lugares de acolhimento da população LGBTQI+ em seus quadros funcionais e mesmo em relação ao seu público visitante e, quem sabe, em suas exposições e pesquisas. Neste momento de discussão distópica da Escola sem Partido, o engajamento com a diversidade cultural é essencial para a manutenção desse lugar fórum, sobretudo com as escolas. A perspectiva da fluidez de papéis de gêneros e de sexualidade permite um exercício de imaginação mais plural. Dessa forma, elencam-se algumas sugestões para as ações de mediação, no âmbito dos museus de arqueologia:

- ❖ abordagens menos normatizadas e essencializadas com diferentes públicos no desenvolvimento das estratégias de mediação com os temas da arqueologia;
- ❖ olhar interseccional, ou um esforço de articulação de categorias, para fomentar um exercício potente da alteridade;
- ❖ valorização de distintos repertórios de seus visitantes, especialmente relacionados ao gênero e sexualidade, para promoção de aproximações com as pesquisas arqueológicas;
- ❖ promoção de um exercício autorreflexivo, para ativar a percepção de que todxs são categorizadxs como outro e, dependendo do contexto em que se situa essa diferença, pode acarretar em uma desigualdade;
- ❖ abordagem dos marcadores sociais como elementos que informam, mas não determinam. Marcas como ser mulher, negrx, viadx, trans, entre muitas outras são lugares de partida para se refletir sobre a sociedade;
- ❖ necessidade da presença de corpos para além da norma na condução dos trabalhos de mediação e de pesquisa arqueológica;
- ❖ exploração da imaginação, para o levantamento de perguntas e dúvidas em torno dos limites da arqueologia em suas interpretações;
- ❖ autocrítica ao modelo padrão vigente relacionado à imagem do homem, hétero, urbano e branco, que rege a vida e a prática no âmbito da produção científica;
- ❖ estabelecimento de estratégias mais generosas e acolhedoras com a diversidade no campo da produção do conhecimento;
- ❖ abertura aos anseios e críticas das novas gerações;

- ❖ promoção de práticas performativas, éticas e ativista no espaço de diálogo entre a arqueologia e a sociedade;
- ❖ abordagens que sinalizem a possível fluidez sexual e de gênero no passado, assim como os limites da arqueologia na abordagem destas;
- ❖ quebra de barreiras disciplinares na condução de pesquisas e trabalhos;
- ❖ antropofagia do termo *queer*, para se entender a sua especificidade a partir do sul global.

Os museus, por excelência, são locais de debate, de encontros, do levantamento de perguntas, assim como a arqueologia, nas últimas décadas, engajou-se de múltiplas formas com as gentes e suas pautas, potencializando sua dimensão política. Dessa forma, os museus de arqueologia são locais propícios para se questionar as certezas das tradições sexuais, assim como desconstruir as identidades. Nas últimas décadas, uma nova política sexual se configurou (WEEKS, 2018, p. 57), que questiona o poder e a dominação sobre a sexualidade, perguntas como: por que a dominação masculina é tão endêmica na cultura?; por que a sexualidade feminina é vista como subsidiária?; por que a sociedade, em geral, celebra a heterossexualidade?, entre outras, não devem deixar de conduzir as práticas no âmbito da educação em museus e da prática arqueológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. Paulista, uni-vos! **Revista de História**, São Paulo, 2008.

ATALAY, Sonya. Multivocality and Indigenous Archaeologies. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (org.). **Evaluating Multiple Narratives: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 29-24.

BARRETO, Cristiana Nunes Galvão de Barro. **Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia Antiga**. (Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BENAVIDES, Hugo. The Representation of Guayaquil's Sexual Past: Historicizing the Enchaquirados. **Journal of Latin American Anthropology**, v. 7, n. 1, p. 68-103, 2002.

BENAVIDES, Hugo. Transgéneros” en la costa ecuatoriana: una historia del presente evanescente. In: USILLOS, Andrés Gutiérrez (org.). **Trans: diversidad de identidades y roles de género**. Madrid: Museo de América, 2017. p. 119-123.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.

BENTO, Berenice. Prefácio. In: PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo**: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

BLACKMORE, Chelsea. How to Queer the past without sex: Queer theory, feminism and the archaeology of identity. **Journal of the World Archaeological Congress**, v. 7, n. 1, p. 75-96, 2011.

BULGARELLI, Lucas. Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 487-499.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museu do Instituto de Pré-História**: um museu a serviço da pesquisa científica. (Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Ciências) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. (Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia**: a luta pela perseguição ao abandono. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n. 7, p. 161-82, 1989.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva**: uma proposta para a Amazônia. (Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos dessa interface. Amazônia. **Revista de Antropologia (online)**, v. 6, n. 2, p. 442-458, 2014.

CASTRO, Mariangela. Para mais da metade dos estudantes, USP é machista e racista. **Jornal da USP**, São Paulo, 27 jun. 2018. Disponível em <<https://jornal.usp.br/universidade/para-mais-da-metade-dos-estudantes-usp-e-machista-e-racista/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 515-531.

DOWSON, Thomas A. Why Queer Archaeology? An Introduction. **World Archaeology**, v. 32, n. 2, p. 161-165, 2000.

ELAZARI, Judith Mader. Encontro com idosos “escavando” a memória a partir de objetos. In: PARK, Margareth Brandini; GROppo, Luís Antonio (org.). **Educação e velhice**. Holambra, SP: Setembro, 2009. p. 93-105.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Existe Índio Gay?**: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Prismas, 2017. 245 p.

FERNANDES, Estevão Rafael; GONTIJO, Fabiano de Souza. Diversidade sexual e de gênero e novos descentramentos: um manifesto queer cabloco. **Amazônica - Revista Antropologia**, v. 8, n. 1, p. 14-22, 2017.

FIGUEIREDO, Patrícia. Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou ‘kit gay’. **El país**. 13 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. 536 p.

GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise P. Sexualidade e Teoria Queer. **Revista de Arqueologia**, Especial Crítica Feminista e Arqueologia, v. 30, n. 2, p. 51-70, 2017.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TOMAZ, Tadeu. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HIRATA, Elaine Veloso. Relato das experiências educacionais do MAE: 1981-1982. **Dédalo**. São Paulo, n. 24, p. 11-20, 1985.

HIRATA, Elaine Veloso; DERMATINI, Célia Maria Cristina; PEIXOTO, Denise Catunda Marques; ELAZARI, Judith Mader. Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, p. 11-46, 1989.

HODDER, Ian. Multivocality and Social Archaeology. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (org.). **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008. p. 196-200.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. 132 p.

JACOME, Camila Pereira; FURQUIM, Laura Pereira. Gender and Feminism in Brazilian Archaeology. In: SMITH, Claire. **Encyclopedia of Global Archaeology**. Switzerland: Springer Nature, 2019. p. 1-13.

JOYCE, Rosemary. Critical Histories of Archaeology Practice: Latin American and North American Interpretations in Honduran Context. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (org.). **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008. p. 56-68.

LAURETIS, Teresa. **Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities**. Indiana: Indiana University Press, 1991.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 96 p.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar: Universidad Central-IESCO: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 27, p. 91-101, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Premissas para formulação de políticas públicas em Arqueologia. In: LIMA, Tânia Andrade (org.). **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 33, p. 37-57, 2007.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 201-248, 2014.

POUGET, Frederic Mario Caires; CARVALHO, Aline Vieira de. Misoginia e homofobia como elementos de sociabilidade na prática arqueológica. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 30, p. 106-114, 2017.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contra sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUINALHA, Renan. As heranças da ditadura hetero-militar: da repressão ao reconhecimento precário dos direitos LGBTs. In: PEDROSA, Adriano. MESQUITA, André (Orgs.). **Histórias da sexualidade**: antologia. São Paulo: MASP, 2017. p. 293-300.

REIS, Maira. Por que é melhor usar o termo LGBTfobia no lugar de homofobia? **El País**, São Paulo, 18 maio, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/opinion/1526578355_596099.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

REUNIÓN DE TEORÍA ARQUEOLÓGICA DE AMÉRICA DEL SUR (TAAS). Programa. Quito, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017a.

RIBEIRO, LOREDANA. **Dossiê Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil**. REVISTA DE ARQUEOLOGIA (SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. IMPRESSO), v. 30, 2017b.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**: Gayle Rubin. São Paulo: Ubu, 2017. 144 p.

RUTECKI, Dawn M.; BLACKMORE, Chelsea. Towards an Inclusive Queer Archaeology: an overview and introduction. **The SAA Archaeological Record**: the magazine of the Society for American Archaeology, v. 16, n. 1, p. 9-11, 2016.

SCHAAN, Denise. Estatuetas antropomorfas Marajoara: o simbolismo de identidades de gênero em uma sociedade complexa amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Antropologia, v. 17, n. 2, p. 437-477, 2001.

SCHAAN, Denise. A ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um cacicado marajoara. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 16, p. 31-45, 2003.

SENE, Glaucia Malerba; VIANA, Sibeli Aparecida; MOURA, Marlene C. Ossami de. Gênero em Arqueologia e Antropologia. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 1-4, 2018.

SILVA, Emerson Nobre. **Objetos e imagens no Marajó antigo**: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas. (Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRIGGER, Bruce G. Alternative Archaeologies in Historical Perspective. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (org.). **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008. p. 187-195.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. O papel social e educacional dos museus: um estudo de caso do projeto Girassol do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. In: NASCIMENTO, Silvana Sousa de; BOSSIER, Ana Paula (org.). **Museu e escola**. Belo Horizonte: UFMG: FaE: LEME, 2010. p. 1-13.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello; CARNEIRO, Carla Gibertoni; ELAZARI, Judith Mader. A questão indígena e a ação educativa do MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. Suplemento 07. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2008. p. 101- 108.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello; SILVA, Mauricio André da. A mediação comunitária colaborativa: novas perspectivas para educação em museus. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 20, p. 623-639, 2018.

VOSS, Barbara L. Feminisms, Queer theories, and the archaeological study of past sexualities. **World Archaeology**, v. 32, n. 2, p. 180-192, 2010.

VOSS, Barbara. SCHMIDT, Robert. A. Archaeologies of Sexuality: an introduction. In: SCHMIDT, Robert. VOSS, Barbara (Orgs.). **Archaeologies of Sexuality**. Londres, Routledge, p. 1-32, 2000.

WEEKS, Jeffrey. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 43-104.

WICHERS, Camila Azevedo Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. (Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WICHERS, Camila Moraes. Um olhar para as relações de gênero na produção das coisas de barro. **Habitus**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 75-102, 2018.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa Anabella. Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. **Especiaria: Caderno de Ciências Humanas**, v. 11, n. 20-21, p. 102-135, 2009.

Agradecimentos

Este trabalho tem sido construído com a ajuda de muitxs colaboradorxs, sobretudo as novas gerações de estudantes que atuam, por meio de diferentes bolsas, no Educativo do Museu¹⁷ e que ensinam como acolher a diferença na academia, assim como colegas de área que têm buscado marcar no campo da ciência corpos historicamente silenciados.

¹⁷ Agradecemos aos bolsistas: Cassia Calais da Silva, Eloisa Martins Galvão, Enya Yoshii Pinotti, Felipe de Oliveira, Giovana Pereira Langoni, Giovanna Rocha Delela, Iara da Paz Lopes, Itana Ribeiro de Carvalho, Shayene Borges, Vanessa Freire de Souza, Vinícius Pascini Prado Silva, entre muitxs outrxs que passaram pelo Educativo.